



## PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: O CASO DAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PARTICIPATIVAS E COMUNITÁRIAS<sup>1</sup>

Hugo Cruz  
Universidade do Porto / Universidade de Évora

### Resumo

Elemento fundacional da cidadania, a participação constitui-se como um desafio na construção de comunidades e sociedades mais fortes e democráticas. Neste texto, parte-se da exploração das diferentes dimensões do conceito de participação, evidenciando-se os aspetos que contribuem para a sua qualidade, focando no caso específico das práticas artísticas participativas e comunitárias. São apresentadas as características do conceito de participação e alguns dos principais modelos teóricos, que permitem acompanhar o modo como se desenvolvem os processos e as condições a equacionar para incentivar a participação. Entendida como um exercício contínuo e processual, assente na reflexão crítica e na diversidade, apresenta-se, sinteticamente, a investigação existente nesta área, assim como os dispositivos e estratégias promotores da qualidade das experiências participativas, procurando responder à questão: Como potenciar a participação? O mesmo exercício é feito relativamente ao conceito de participação cultural e artística. Por fim, são apresentados exemplos de projetos artísticos em diferentes partes do mundo que recorrem a estas práticas.

**Palavras-chave:** Participação, cidadania, práticas artísticas participativas e comunitárias, qualidade da participação.

## PARTICIPATION AND CITIZENSHIP: THE CASE OF PARTICIPATORY AND COMMUNITY ARTISTIC PRACTICES

### Abstract

*A foundational element of citizenship, participation constitutes a challenge in building stronger and more democratic communities and societies. This text starts by exploring the different dimensions of the concept of participation, highlighting the aspects that contribute to its quality, and focusing on the specific case of participatory and community art practices. Main theoretical models, which make it possible to monitor how the processes and conditions be equated to encourage participation are developed. Understood as a continuous and procedural exercise, based on critical reflection and diversity, the existing research in this area is briefly presented, as well as the devices and strategies that promote the quality of participatory experiences, seeking to answer the question: How to enhance participation? The same exercise is done concerning the concept of cultural and artistic participation. Finally, examples of artistic projects in different parts of the world that use these practices are presented.*

**Keywords:** Participation, citizenship, participatory and community artistic practices, quality of participation.

<sup>1</sup> Este texto resulta da transcrição de algumas partes do webinar de Hugo Cruz com o mesmo título realizado no âmbito do Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana (PACD AMP). Neste sentido é um discurso oral adaptado a um texto escrito com todas as alterações que esse processo implica. Transcrição de Inês Coelho e revisão do texto de Ana Luísa Castelo e Sofia Guichard.

## Breve introdução

Falar de participação e de cidadania é falar de características eminentemente humanas. E é exatamente por aí que devemos começar. No essencial, a nossa expressão própria passa pela ação participativa, por assumir uma voz ativa relativamente à construção das nossas realidades e vidas. A relação entre participação e cidadania é intrínseca. Na verdade, quando falamos de cidadania falamos de uma forma de estar e ser de cidadãos/cidadãs que estão conectados com uma organização social, com uma comunidade. Deste ponto de vista, a participação é um dos pilares fundamentais da cidadania e desta organização. É através da participação que garantimos a prática e o lugar de concretização do ser humano. Ou seja, é nos atos que se concretiza o participar com as/os outras/os, enquanto iguais, e também nas palavras, na cidade, sustentando a liberdade e uma vida comum (Arendt, 2000; Pocok, 1995).

A participação não é, por isso, uma invenção recente, acompanha-nos desde há muito. No entanto, no aqui e agora, e perante as fragilidades das democracias o que podemos reinventar nas sociedades atuais relativamente ao ato participativo?

## Características dos processos participativos

Para participar são necessários cidadãos e cidadãs. Na linha desta ideia, Augusto Boal no dia 27 de Março de 2009 – Dia Mundial do Teatro – preferiu a frase lapidar: “Ser cidadã e cidadão não é viver em sociedade, é transformá-la.” Esta missão e este dever que é, em simultâneo, também um direito a um papel ativo na transformação das nossas comunidades é o que permite construir cidadania (Hart, 1992).

A participação implica partilha de responsabilidades e compromissos que sustentem a construção de soluções inerentes a essa transformação em processos de tomada de decisão que devem ser reconhecidos pelo contexto social, respeitando e reconhecendo os direitos políticos e cívicos dos

cidadãos/ãs, independentemente das suas diferenças (Sullivan & Transue, 1999).

A tomada de decisão partilhada é, assim, um elemento nuclear na dinâmica de um grupo humano, cuja natural heterogeneidade convoca necessariamente diferenças, conflitos, divergências. É nesse diálogo e nesse confronto, que, muitas vezes se quer evitar, preferindo decisões consensuais, pacíficas, que permitam avançar com mais rapidez, e que se atropela, frequentemente, o tempo que é necessário a estes processos.

É fundamental entender que a tomada de decisão partilhada não corresponde necessariamente à ideia de que alguém “ganhou” a discussão, numa perspectiva competitiva de tomada de decisão, mas antes que, quando se constrói uma decisão partilhada, conseguem-se trazer várias propostas, várias possibilidades que emergiram da discussão. E, portanto, a opção encontrada, e que é a opção final, não é, na maior parte dos casos a proposta que individualmente foi avançada. Assim é essencial perguntar: como se pode gerar identificação com a opção final mesmo que esta não traduza a proposta individual inicial? Esse é um dos grandes desafios da participação numa realidade pautada pelo individualismo. Tal como acontece na democracia representativa, em que os resultados de uma eleição não são apreciados do mesmo modo por todos os que votaram, também aqui na democracia participativa se coloca o desafio de nos tentarmos encontrar na solução coletiva participando na sua construção ativamente. Tal está longe de ser simples, porque somos orientados, exatamente, para fazer o contrário: fazer a minha ideia ganhar. Por isso, é imperativo olhar para o trabalho participativo como um exercício contínuo e quotidiano.

É justamente pela diversidade de sujeitos e de possibilidades de escolha, que é fundamental que a participação seja voluntária, potenciadora de uma expressão própria e não inibidora da mesma – orientada para todas/os, tendo em perspectiva que estas decisões, estes processos, têm consequências, nas nossas vidas quotidianas. Se percebermos que alguém está constantemente a decidir por nós, tendemos a participar menos porque sentimos que a nossa participação não é

eficaz (Lawy & Biesta, 2006). São vários os elementos fundamentais da participação, desde logo os recursos a mobilizar e o investimento a fazer para participar (Vivien, Lawrence, & Gerry, 2006). E tal pressupõe, algum benefício e algum retorno que atuam como estímulo para os participantes, fazendo-os sentir que existe reciprocidade. É com base nesta reciprocidade que se conseguem construir redes e, de alguma forma, comunidades mais fortes, o que acarreta partilha e redistribuição de poder e controle. Para isso, é essencial um diálogo entre a democracia representativa e a participativa, perspetivando a participação direta dos cidadãos como um contributo essencial, como uma responsabilização relativamente às decisões tomadas. É essencial que sejam perceptíveis a influência e as consequências que decorrem da participação, ainda que, em determinados momentos, elas possam não ser consensuais. Deve ainda questionar-se o que existe na participação que nos permite conhecer, que nos permite evoluir e desenvolver competências. Participar é, acima de tudo, tomar parte, comprometer-nos, partilhar e, claro, comunicar. Daí que seja necessário questionar a capacidade de nos associarmos enquanto pessoas e de nos entendermos nessa associação, na definição de objetivos comuns. Tudo isso implica ação. Não podemos participar apenas com narrativas de como deveria ou poderia ser, mas, agindo nos nossos quotidianos. A participação não é imediata, pontual, unívoca, mas sim gradual e contextual, devendo entender-se como uma experimentação, um exercício para aprendermos, de alguma maneira, também a participar (Ventosa, 2001).

Deste ponto de vista, é necessário questionar o a priori de que as pessoas não participam, não se envolvem, não têm interesse. A questão deverá ser antes: como é que se convida ao exercício de participação?

É impossível falar de participação, sem atendermos à conjuntura atual, agravada por uma situação de pandemia, que exigiu respostas nas e das comunidades de uma forma mais direta. O que vivemos hoje é, possivelmente, um momento de transição para outra realidade que convoca outros modos de estar e ser. Só que, neste momento, ainda não sabemos que forma esta vai tomar. E

é por isso, que a participação é central na construção dessa outra realidade para que aconteça com o envolvimento das pessoas, garantindo-se a qualidade da participação das cidadãs e dos cidadãos. Trata-se de um momento desafiante, para a concretização de mudanças estruturais. No entanto, a participação não pode ser entendida como uma “panaceia” para a resolução de todos os problemas e fragilidades das democracias atuais. A este respeito alguns autores falam da «tirania da participação» (Ellsworth, 1989) e do «pesadelo da participação» (Miessen, 2010). Curiosamente, somos consecutivamente convocados a participar. Recorrendo a exemplos mais imediatos, o programa da manhã é feito com base numa suposta participação dos telespectadores, assim como o Big Brother. Acontece que a maior parte destas configurações participativas são ilusórias. É feito um convite a participar, mas a margem de participação é muito limitada, e muitas vezes nula. Ativando outro exemplo, quando se planeiam, implementam, tomam decisões no contexto das políticas locais, se as pessoas são convidadas a fazer parte de um processo em que tudo já está decidido e em que são consultadas relativamente a decisões que já estão tomadas, ainda que de forma bem-intencionada, isso pode contribuir para que se afastem, uma vez que não há consequências concretas do seu envolvimento.

Neste cenário é clara a necessidade de imaginação cívica e política para repensar configurações participativas convencionais, modos de vida e produção num equilíbrio entre democracia representativa e participativa.

### **Modelos clássicos da participação**

A participação na vida política social, educativa e cultural é um direito consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa. Este é o ponto de partida para se explorar de forma sucinta os modelos clássicos da participação.

O Modelo da Escada de Participação, adaptado de Arnstein (1969), foi desenvolvido com base num programa de regeneração urbana e combate

à pobreza dos Estados Unidos da América, nos anos 60 e 70 [século XX]. Este modelo propõe uma escada que tenta organizar visualmente como é que a participação se pode desenvolver. Assim, os dois primeiros degraus: a «manipulação» e a «terapia», a que podemos chamar de uma «situação de não-participação», correspondem a uma participação ilusória. As pessoas são convidadas para processos onde as coisas estão decididas à partida.

Num segundo bloco - «informação», «consulta» e «pacificação» - há apenas uma aceitação pública das decisões que já estão tomadas. Ou seja, continuam as decisões a serem tomadas pelas instituições, no entanto elas são dialogadas e explicadas. E, obviamente, neste sentido evolutivo, os degraus que correspondem ao «poder delegado» ou de «controlo do/a cidadão/ã». Aqui falamos de um controlo total ou partilhado, de planeamento e de implementação da decisão relativamente às soluções que são encontradas.

Será um exercício interessante tentar entender em que degraus é que situamos a nossa prática profissional, relativamente ao processo que estamos a vivenciar? E talvez isso contribua para explicar as dificuldades e os obstáculos sentidos, bem como as forças encontradas. Claramente, o último degrau não é o patamar mais frequente quando se vivenciam processos desta natureza, mas é importante tê-lo como meta, como objetivo a não perder de vista.

O modelo «Clear» (Lowndes, Pratchett & Stoker, 2006) esclarece as condições que devem estar presentes para que as pessoas participem, remetendo essencialmente para cinco dimensões: «interesse», «capacidade», «possibilidade», «motivação» e «impacto». As pessoas participam quando têm recursos apropriados e o desafio é ótimo. Ou seja, as propostas feitas às pessoas sejam estimulantes, inovadoras, que as mobilizem, mas, que sejam tão exigentes face ao que estão habituadas, que as paralisem e as desmotivem de participar no processo de decisão. Este modelo dá também crucial importância à dimensão instrumental: as pessoas têm as condições necessárias para participar? Acedem ao lugar para onde se convida a participarem? Têm transportes públicos

para isso? Têm com quem deixar os/as filhos/as? Podem levá-los para participar nestes espaços? Que horários são estes? É uma família monoparental? Pensar em processos que gostaríamos que fossem mais participados sem pensar nestas questões pragmáticas pode comprometer, à partida, o seu sucesso.

### **Então, como potenciar a participação?**

As propostas devem ser mais centradas nas potencialidades das comunidades e das pessoas e muito menos nas suas dificuldades, nas suas lacunas, naquilo que elas não conseguem fazer. Deslocar o discurso da negatividade “as pessoas não participam”, “as pessoas não se interessam” para um discurso crítico, tentando perceber, “porquê é que as pessoas não participam?”.

Envolver as pessoas nas fases iniciais dos processos e não apenas no meio ou no final dos mesmos, é fundamental. Isso pressente-se, é intuído, está nas entrelinhas quando os convites à participação são feitos. Gerar espaços de debate e de partilha de informação, recorrendo a um vocabulário acessível, próximo das palavras que as pessoas usam, das suas ideias. Explicar, voltar a explicar por outras palavras e construir um significado para aquilo que se está a discutir em conjunto. Frequentemente, utiliza-se uma linguagem demasiadamente técnica, que não chega às pessoas, que não é a que utilizam para discutir os problemas quotidianos e as soluções para as suas comunidades.

O envolvimento das pessoas significativas das comunidades é também importante, mas não deve cingir-se a parceiros formais e informais. Há pessoas que são significativas para as comunidades, mas que são simultaneamente obstáculos à mudança. E, portanto, é necessário ter a capacidade de conseguir ouvir também os/as “invisíveis” - aqueles que não têm espaço para se exprimirem. Isso obriga a estar de forma informal na comunidade, frequentar o café local, ir à mercearia, conversar, aos lugares que fazem uma comunidade. Aí, vamos encontrar pessoas que têm uma perceção daquilo que acontece na comunidade que não é, muitas vezes, coincidente quer com a visão

institucional, quer com a daqueles que são os mais obviamente identificados como significativos.

Finalmente, a existência de elementos externos, distanciados, com um outro olhar, não diretamente envolvidos, quer do ponto de vista emocional, quer racional e devolver isso às comunidades, aos grupos. A ativação deste outro olhar pode dar um contributo crucial ao desenvolvimento destes processos.

### **Qualidade da Participação**

A qualidade de participação, conceito fundamental nesta discussão, significa criar dispositivos e estratégias que permitam encontrar uma participação responsável, de compromisso nos processos de tomada de decisão, mais próximos dos princípios democráticos e de cidadania. O que a investigação sugere é que não é suficiente o critério da quantidade de experiências participativas. A questão fundamental é a qualidade desta participação (Ferreira, Azevedo & Menezes, 2012) e, por isso, arriscarem-se processos participativos que são despolitizados, em que as pessoas servem para validar o que já está decidido, é algo que terá resultados, impactos negativos relativamente à autonomia dos indivíduos e das comunidades.

Outra ideia que os estudos referem é a de que a participação gera participação, i.e., pessoas com experiências de participação, que perceberam como eficazes ao longo do seu percurso de vida, tendencialmente, participam mais (Putnam, 1995). Existe ainda a ideia de que a participação é sempre boa e positiva, que é válida em si mesma. Os estudos relativos a diferentes experiências participativas sublinham que há práticas que não só não fazem bem, como podem ter impacto negativo nas comunidades, gerando conflitos ou desconfiança relativamente à sua relação com as instituições públicas, por exemplo (Coimbra, 2012; Menezes, 2003). Portanto, a ideia de que se pode avançar inocuamente para um projeto participativo é uma ideia perigosa. Daí que seja preferível fazer com, em vista na sustentabilidade dos processos, criando dispositivos e estratégias de

participação que sigam o seu caminho próprio nas comunidades.

Para se garantir essa qualidade é fundamental centrarmo-nos na dimensão processual. E, para isso, é necessário aprender a fazer, estar próximo da prática. Não é suficiente um exercício de abstração de como é que as comunidades idealmente seriam. Destaca-se, ainda, o mito das “comunidades perfeitas” em que toda a gente resolve tudo, como um coro homogéneo e harmonioso, esquecendo que os coros desafinam, porque são formados por indivíduos que se juntam num corpo coletivo, mas em que cada um é diferente do outro. Esta analogia que nos remete para a ideia da comunidade unida, que resolve tudo pacificamente, é uma ideia perigosa que bloqueia algo de fundamental, que é exatamente a partir do confronto, que se geram soluções.

Finalmente, é importante a perceção de eficácia da participação que assenta no pressuposto de que, mais do que falarem sobre as realidades sociais, mais do que explicarem as realidades sociais, os processos têm de permitir às comunidades falarem por si, encontrarem o seu espaço para a expressão e não necessariamente ter um discurso sobre (Lawy & Biesta, 2006).

Em síntese, a qualidade dos processos participativos deve: partir da ideia de que a participação nunca está garantida, de que é um trabalho contínuo; estimular o pensamento crítico; equilibrar ação e a reflexão; propor desafios ótimos; entender o conflito como uma potencialidade para amadurecer a capacidade da comunidade tomar decisões autonomamente; procurar estratégias relacionais promotoras de continuidade; entender as ligações e os vínculos com os territórios; atentar ao significado pessoal destas experiências participativas para as pessoas, gerando um envolvimento emocional e não apenas racional nas decisões; estimular ao máximo a presença do que é plural e da negociação de pontos de vista diferentes; e um envolvimento em questões que são significativas para a vida real das pessoas (Cruz, 2021).

## Diferentes experiências de projetos artísticos participativos e comunitários

Os princípios anteriormente destacados são, igualmente, centrais na definição das práticas artísticas que convocam artistas profissionais e não profissionais a desenvolverem criações coletivas com base nas comunidades (Cruz, 2015, 2019), assim como para a definição de participação cultural e artística (Cruz, 2021). De seguida apresentar-se-ão, de forma breve, alguns exemplos de projetos desenvolvidos em diferentes partes do mundo que recorrem às práticas artísticas participativas e comunitárias<sup>2</sup>.

«Recetas urbanas» (2003) é um coletivo que desenvolve construção participativa, neste caso concreto de um centro cívico e comunitário num bairro socialmente desfavorecido dos arredores de Madrid convocando a população local e a Universidade a trabalharem coletivamente. Este contexto de experimentação permite concretizar uma abordagem relacional entre instituições públicas

em relação com a participação direta, ou seja, com os/as vizinhos/as deste bairro.

«Asilo» (2013) é uma outra experiência, em Nápoles, um edifício imponente e que é hoje um centro comunitário e cívico com a sua ação baseada em atividades culturais e autogerido pela comunidade.

«Duck March» (2019) é uma cocriação com a artista italiana Catarina Moroni que trabalha em todo o Mundo com mulheres grávidas, a partir da ideia de questionamento sobre a perceção estereotipada da mulher grávida como uma mulher frágil. Esta imagem refere-se ao trabalho feito no contexto do MEXE – Encontro Internacional de Arte e Comunidade<sup>3</sup> nas ruas do Porto.

A proposta do «Atelier Ser» (2019) passa pelo campo das artes plásticas. Centra-se na expressão da ideia imaginada da nossa comunidade, redesenhando as ruas e praças, dando-lhes outros nomes, e a partir daqui entender e aprofundar a discussão sobre aquilo que desejamos mudar nas nossas comunidades.

«MAPA – O jogo da Cartografia» (2013-2015) um trabalho de construção com cerca de 230 cidadãos e cidadãs a questionar, neste caso, a cidade do Porto. Partindo da pergunta: como é que a cidade funciona e como poderia ser melhor? Baseia-se nos olhares de diferentes grupos da cidade, nomeadamente da população de alguns bairros sociais, num exercício crítico<sup>4</sup>.

«Texturas» (2008-2009) foi um trabalho feito em Santa Maria da Feira com trabalhadores da área da cortiça no contexto fabril. Convidou a pensar a relação e os espaços quotidianos da nossa vida, nomeadamente o laboral. Outro trabalho, feito no contexto do Festival Imaginarius – o «Baile das Bicicletas» (2012). Neste projeto um grupo de cidadãos/ãs foi convidado, ao longo de um ano, a convencer os/as seus/suas vizinhos/as, de que a bicicleta pode ajudar a resolver problemas ambientais, económicos, de saúde, de

2 Para Matarasso (2019) a arte comunitária refere-se à “criação de arte como direito humano, por artistas profissionais e não profissionais, que cooperam entre iguais, para propósitos e com padrões estabelecidos em conjunto, e cujos processos, produtos e resultados não podem ser conhecidos antecipadamente” (p. 56). A arte participativa implica, também, uma relação de criação entre artistas profissionais e não profissionais e a presença de três características “uma estrutura teórica e estética que orienta quem está envolvido; a duração no tempo, com princípio, meio e fim; e a “apresentação da criação” (Matarasso, 2017, p. 2). Estes conceitos são atualizados na designação de práticas artísticas comunitárias sublinhando o seu caráter experimental e os princípios da criação coletiva, ligação ao território e contexto sociopolítico, relação horizontal entre artistas profissionais e não profissionais, flexibilidade e abertura dos processos e resultados, autoria partilhada, reflexão crítica dos/as artistas e públicos, negociação e tomada de decisão conjunta, conexão às preocupações reais das/os cidadãs/os. A qualidade da participação cultural e artística inerente a estas práticas artísticas suporta-se na forma como: a participação das comunidades se desenvolve; as dinâmicas dos processos criativos acontecem; se identificam e trabalham os temas que servem de ponto de partida para estes processos; os espaços de criação e apresentação se configuram; a relação entre artistas profissionais e não profissionais se constrói (Cruz, 2021).

3 [www.mexe.org.pt](http://www.mexe.org.pt)

4 O documentário “Cidadãos de corpo inteiro” de Patrícia Poção baseia-se no processo de construção deste projeto. Disponível online: <https://www.youtube.com/watch?v=DhUNClcF630>

convivência. Quando andamos de bicicleta paramos para cumprimentar o outro, quando vamos de carro não paramos para cumprimentar o outro. E, portanto, é uma outra vivência (Cruz & Oliveira, 2022).

Um trabalho mais recente, em Gondomar, no âmbito do Programa “Cultura para Todos”, «Repara» (2021) conta com a participação de pessoas idosas a partir das suas experiências de trabalho na mina e ourivesaria, em diálogo com os mais jovens – o que era no seu tempo, o que é hoje a relação com o trabalho. Uma das perguntas do espetáculo era: “Vivemos para trabalhar ou trabalhamos para viver?”.

Um outro trabalho feito em Esposende, no contexto do programa municipal de arte comunitárias, «Quando o mar é mais» (2017) convocou a comunidade piscatória a repensar a sua relação com o mar (Cruz, 2022). «Terra» (2012-2013) foi um trabalho desenvolvido na Capital Europeia da Cultura de Guimarães com agricultores da comunidade de Fermentões que participaram ativamente nas diferentes dimensões da construção de um espetáculo: construção da cenografia, dos figurinos a partir das roupas de um Rancho Folclórico. O espetáculo focava-se sobre o ciclo das quatro estações do ano e da ligação da mulher e do homem à terra e a sua conexão com a natureza. Este é um excelente exemplo que pode ser ilustrado com aquela ideia de atirmos uma pedra à água e não percebermos que há ondas que não são visíveis, que vão para lugares que, à partida, não se antecipavam no início dos processos. A participação implica correr riscos, ou seja, não se pode, num processo participativo, ter a certeza de qual é o seu resultado, tanto mais que o processo é construído coletivamente.

Para finalizar, mais um projeto português, do «Colectivo Til» (2017) sedado em Leiria, que faz um exercício de repensar e intervir em espaços públicos no sentido de transformação em distintas comunidades.

Nos projetos culturais e artísticos, há várias dimensões que devem ter-se em consideração e que ajudam a entender a qualidade da participação cultural, enquanto facilitadora do diálogo e da conexão com as outras formas de participação

– educativa, social e ambiental, por exemplo (Cruz, 2021; 2023). A participação cultural e artística é mobilizadora e constitui um espaço privilegiado para que aconteça, de forma informal, a ligação entre estas diferentes áreas.

## Referências Bibliográficas

- Arendt, H. (2000). Entre o passado e o futuro. Perspetiva.
- Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Coimbra, J.L. (2012). Sobre determinantes psicológicas e sociais da qualidade das experiências de participação social, cívica e política. In I.Menezes, N. Ribeiro, M. Fernandes-Jesus, C. Malafaia, & P.D. Ferreira (Eds.), *Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia* (pp. 158-165). Livpsic/Legis Editora.
- Cruz, Hugo (2015). (Coord.). *Arte e Comunidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, H. (coord.). (2019). *Arte e Esperança: Percursos da Iniciativa PARTIS 2014-2018*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cruz, H. (2021). *Práticas artísticas, participação e política*. Edições Colibri.
- Cruz, H. (coord.). (2022). *AMAReMAR - impressões . arte . comunidade*. Câmara Municipal de Esposende.
- Cruz, H., & Oliveira, M.J. (coord.). (2022). *COMUNITÁRIA - 20 anos de Arte e Comunidade em Santa Maria da Feira*. Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- Cruz, H. (coord.). (2023). *Arte, reinvenção e futuros*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ellsworth, E. (1989). Why Doesn't This Feel Empowering? Working through the Repressive Myths of Critical Pedagogy. *Harvard Educational Review*, 59(3), 297-324. <https://doi.org/10.17763/haer.59.3.058342114k266250>
- Ferreira, P., Azevedo, C., & Menezes, I. (2012). The developmental quality of participation experiences: beyond the rhetoric that participation is always good! *Journal of Adolescence*, 35(3), 599-610. 10.1016/j.adolescence.2011.09.004
- Hart, R. (1992). *Children's participation: From tokenism to citizenship*. Unicef International Child Development Centre.
- Lawy, R., & Biesta, G. (2006). Citizenship-as-practice: The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Educational Studies*, 54(1), 34-50. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8527.2006.00335.x>
- Lowndes, V., Pratchett, L., & Stoker, G. (2006). Local political participation: The impact of rules-in-use. *Public Administration*, 84(3), 539-61. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2006.00601.x>
- Matarasso, F. (2017). “Keeping the art in focus” [Online], disponível em: <https://arestlessart.com/>
- Matarasso, F. (2019). *Uma arte irrequieta*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Menezes, I. (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2(3), 430-445. <https://doi.org/10.2304/eeerj.2003.2.3.8>
- Miessen, M. (2010). *The nightmare of participation*. Sterberg Press.
- Pocok, J. (1995). The ideal of citizenship since classical times. In R. Beiner (Eds.), *Theorizing citizenship* (pp. 29-52). SUNY Press.
- Putnam, R. (1995). Tuning in, tuning out. The strange disappearance of social capital in America. In R. G. Niemi, and H. F. Weisberg (Eds.), *Controversies in voting behavior* (pp. 38-68). Washington: CQ Press.
- Sullivan, J., & Transue, J.E. (1999). The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust and social capital. *Annual Review of Psychology*, 50(1), 625-650. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.50.1.625>
- Ventosa, V. (2001). *Desarrollo y evaluación de proyectos socio-culturales*. Editorial CCS.

**Hugo Cruz** Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, desenvolve o seu trabalho no espaço da criação artística e participação enquanto criador, programador cultural e investigador. É Investigador no Centro de Investigação e Intervenção Educativas-Universidade do Porto e Centro de História de Arte e Investigação Artística-Universidade de Évora.  
Website: <https://artandparticipation.com>  
Orcid: <http://orcid.org/0000-003-4926-2928>.  
Contacto: [hugoalvescruz@gmail.com](mailto:hugoalvescruz@gmail.com)

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 21 de julho. Aprovado para publicação a 15 de dezembro de 2023.